

XIII SEMPAD

Seminário de Pesquisa em Administração UNIFACS

Contabilidade do Terceiro Setor: Um estudo de caso na ASSOCIEM – Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria

Michele Aparecida Cunha – micheleapcunha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás – UFG

Sandro Ângelo de Andrade - sandroangelo@unipam.edu.br

Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

Resumo

As organizações do terceiro setor são uma resposta a necessidades sociais, promovem o bem-estar comum, trazem soluções a problemas comunitários e promovem a consciência social. A gestão dos seus recursos é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades e sua sobrevivência legal, desta forma a contabilidade atua como uma forte aliada ao propósito social das entidades. Tendo em vista demonstrar a importância da contabilidade em instituições do terceiro setor, este estudo analisou os aspectos contábeis da Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria – ASSOCIEM. A metodologia pautou-se em estudo de caso, conduzido de forma qualitativa e descritiva por meio de entrevistas com o gestor e o contador da entidade e de análise documental onde evidenciou-se os procedimentos para adequação às normas contábeis para o terceiro setor. O estudo contribui de forma gerencial aos gestores da entidade em evidência e a outras entidades sem fins lucrativos, por seguirem o mesmo parâmetro legal. Contribui ainda com a sociedade por evidenciar o cenário relativo à matéria contábil e as práticas de transparência observadas nestas entidades. E, ainda, contribui com a literatura acadêmica nas áreas de contabilidade do terceiro setor.

Palavras-chave: Contabilidade do Terceiro Setor; Terceiro Setor; Instrumentos Contábeis; Instrumentos Gerenciais; Estudo de Caso.

1 Introdução

Três setores auxiliam no desenvolvimento da economia e da sociedade, o primeiro é representado pelo Estado que tem a missão de promover os direitos básicos e fundamentais do cidadão em contrapartida à arrecadação de impostos. O segundo setor é composto pelas diversas empresas privadas que têm a finalidade de obter lucros a partir da venda de produtos e serviços, e seus lucros são distribuídos entre investidores e sócios como remuneração do capital aplicado. E o terceiro setor é formado pelas organizações privadas sem fins lucrativos que visam a promoção de ações para o bem-estar social: o acesso à moradia, saúde, alimentação, segurança,



educação, transporte, lazer, desenvolvimento profissional, integração social e religião (ALMEIDA e ESPEJO, 2012). Este estudo se atenta ao Terceiro Setor da economia.

Os princípios do terceiro setor estão presentes nas sociedades desde a antiguidade, por meio de ações para dar assistência a pessoas necessitadas e promover o bem-estar comum, trazendo soluções para problemas sociais na busca da solidariedade e consciência social. E nos últimos 30 anos, o terceiro setor tem ganhado espaço na legislação brasileira e reconhecimento da importância da atuação das entidades como agentes de mudança social. As leis representam um avanço no seu reconhecimento, promoção e organização (ALBUQUERQUE, 2006).

Qualquer organização utiliza recursos e necessita de informações para realizar o desenvolvimento de suas atividades, além disso, todas têm obrigações perante a lei e necessitam apresentar declarações aos órgãos fiscalizadores. As organizações do terceiro setor, em grande parte, têm ainda a característica de obter suas receitas por meio de doações (OLAK e NASCIMENTO, 2010). Em vista disso, a Contabilidade se torna uma grande aliada e tem papel fundamental, funcionando como um instrumento de gestão, que auxilia na proteção do patrimônio, contribui para a transparência e divulgação de informações para os envolvidos com a organização, contribuindo para sua perenidade, propiciando clareza, transparência e confiabilidade, o que é benéfico ao propósito social de cada organização (MACHADO, 2009).

Tendo em vista a importância das entidades do terceiro setor para a sociedade, e a fim de demonstrar a importância da contabilidade nas instituições do terceiro setor, esse estudo faz reflexões em vistas da seguinte problemática: qual a relevância da contabilidade e os procedimentos contábeis adotados em uma entidade do Terceiro Setor?

O estudo analisou a relevância da contabilidade e os lançamentos e demonstrações contábeis da Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria – ASSOCIEM da cidade de Patos de Minas-MG. Em relação aos objetivos específicos são listados os seguintes: 1) Apresentar a entidade estudada; 2) Caracterizar o terceiro setor e seus aspectos legais e contábeis; 3) Identificar as contribuições da contabilidade na ASSOCIEM; 4) Analisar os demonstrativos e procedimentos contábeis da ASSOCIEM; 5) Acompanhar os processos de alteração de endereço da sede e alteração do escritório contábil terceirizado da entidade.

A importância deste trabalho se dá por possibilitar a compreensão dos processos contábeis da entidade, servindo para geração de informações aos gestores e como um instrumento de apoio para adequações contábeis. Chagas (2011) afirma que o principal desafio das entidades do Terceiro Setor está na sua gestão, que deve ser pautada na transparência, uma



vez que sobrevive de doações e de trabalho voluntário, isso faz com que a contabilidade seja fundamental para o funcionamento legal das entidades e gestão de suas operações.

Esse trabalho contribui com os agentes envolvidos com a entidade evidenciada e demais entidades do terceiro setor: gestores e membros da diretoria, analisando e levando à reflexão dos aspectos contábeis para melhor gestão; aos doadores e benfeitores, sejam pessoas físicas ou empresários, para consolidação de sua importância na sobrevivência destas; ao poder público, que considera as entidades na soluções de problemas sociais, que além de fiscalizar devem promover ações que auxiliem a boa gestão das entidades; e à sociedade, pelo impacto positivo que as entidades geram na comunidade, ressaltando a importância de sua sustentabilidade.

Este estudo torna-se relevante ainda para empreendedores sociais, pois norteia o cenário relativo à matéria contábil do setor oferecendo uma visão sobre sua constituição. Também é importante para profissionais da contabilidade que atuam na área, pois revela as etapas e dimensões do processo contábil de uma entidade do Terceiro Setor. E por fim, este projeto contribui com temas de interesse acadêmico nas áreas de contabilidade do terceiro setor.

2 Histórico e características da entidade ASSOCIEM

Em 1993 havia 32 milhões de brasileiros passando fome e surgiu nesse contexto o programa “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida” do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), tendo como objetivo a mobilização de todos os segmentos da sociedade na busca de soluções para as questões da fome e da miséria no país. O movimento estimulava a atuação de cidadãos solidários para a promoção de ações assistenciais.

Pessoas de vários segmentos: empresários, banqueiros, comerciantes e produtores rurais, reuniram-se com o intuito de promover um projeto de ações contínuas e organizada juridicamente para superação da fome e de situações de miséria, então, no dia 3 de março de 1993, foi fundada a ASSOCIEM – Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria. Uma entidade filantrópica sem fins lucrativos para atuar em prol de pessoas necessitadas no município de Patos de Minas e região, tendo como direcionamento a missão de “alimentar e amparar famílias carentes, principalmente as crianças” e a visão de que “se quisermos paz, tranquilidade, alegria e felicidade no futuro, devemos agir agora”. O seu estatuto prevê ações para promoção de uma vida digna com alimentação balanceada, saúde, educação, esporte, lazer; e o que possa levar à cidadania plena. Seu primeiro presidente foi Sebastião Gonçalves Cunha.



Em sua atuação em Patos de Minas-MG a entidade firmou parcerias de apoio com Banco do Brasil, Governo Federal, Governo Estadual, SEDESE, Vitasopa do SERVAS, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Deputados Federais e Estaduais, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, FIA (Fundo da Infância e Adolescência), cooperação com outras entidades, empresários, fazendeiros, pessoas físicas e principalmente Produtores Rurais do CEASA e das Feiras Livres.

No início de suas atividades a entidade levava diariamente alimento (sopa) para 1400 crianças em 14 bairros da cidade: Boa Vista, Sebastião Amorim, Jardim Paulistano, Vila Rosa, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, Brasil, São José Operário, Lagoinha, Santo Antônio, Bela Vista, Morada do Sol, Jardim Esperança e Alto Colina. Distribuindo também verduras, frutas, legumes e miúdos de frango para mais de 1000 famílias mensalmente. Promovia também orientações sobre higiene, sobre a importância da família, do respeito ao próximo (especialmente às crianças e idosos), prevenção os vícios, além de mostrar o quanto é importante uma alimentação nutritiva que favorece o melhor desenvolvimento físico e mental.

Os resultados obtidos com o trabalho é o livramento de muitas pessoas de doenças por falta de alimentação como a desnutrição infantil, anemia etc. além do alívio das famílias do desespero da fome. As Figuras 1 e 2 mostram a distribuição de alimento. Além das ações de nutrição e combate à fome, 2003 à 2008 a entidade firmou convênio com o Banco do Brasil para oferecimento do Programa Menor Trabalhador, que possibilitou experiência profissional de 16 jovens entre 15 e 17 anos. E contou com o apoio do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM para oferecer palestras de capacitação para esses jovens.

No ano de 2009 ampliou sua atuação para o município de Guimarães e distrito de São João da Serra Negra em parceria com fazendeiros da região e da Secretaria Municipal de Ação Social de Guimarães, com a oferta também de cursos de informática em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social– CRAS (Figura 3).

Em 2012 a entidade transferiu sua sede para Guimarães e atuou juntamente com a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), Pastoral da Criança e o poder público. Em Guimarães atendia famílias vulneráveis dos bairros Morada do Sol, Novo Horizonte, Nossa Senhora de Fátima e Varjão, além de apoiar as Escolas Municipais, Creche Menino Jesus, APAE e Casa de Repouso da Sociedade de São Vicente de Paulo. No distrito de São João da Serra Negra atuou em parceria com fazendeiros e produtores rurais, por meio do Galpão do Produtor Rural de São João da Serra Negra, atendendo também nessa localidade a Creche e Vila Vicentina. E em Patos de Minas nesse período atuava nos bairros: Jardim Paulistano, Vila



Rosa, Santa Luzia, Cristo Redentor, Nossa Senhora Aparecida, Brasil, São José Operário, Alto Colina, Morada do Sol, Jardim Esperança, Residencial Monjolo, Vila Garcia e Nova Floresta. Além de apoiar a Vila Padre Alaor, o Carmelo da Santíssima Trindade, o Seminário Dom José André Coimbra e a Pastoral da Solidariedade da Paróquia São Benedito.

No ano de 2013 realizou parceria com o Centro de Formação Pavoniana em Patos de Minas para oferta de cursos de informática para crianças e adolescentes e posteriormente fez parceria com a Casa das Meninas nesse projeto de inclusão digital. No ano de 2019, em parceria com a Sociedade de São Vicente de Paulo, transferiu sua sede novamente para Patos de Minas e ampliou sua atuação no Bairro Nossa Senhora de Fátima, Quebec e Sorriso.

2.1 Análise do ambiente político, econômico e social

A importância das parcerias que a entidade faz com produtores rurais, fazendeiros, empresários, cidadãos conscientes e outras entidades se demonstra com seus números, pois a arrecadação de alimentos já chegou a uma média mensal de 8.000kg de frutas, verduras e legumes, e cestas básicas proveniente de doações de supermercados, feiras, fábricas de alimentos, amigos e contribuintes; e arrecadação mensal de cerca de 1.500kg de miúdos de frango da Mercifran de Patos de Minas. Esse ato de solidariedade que envolve toda a comunidade deu resultados, beneficiando em média 1.500 famílias todos os meses.

Em Patos de Minas, a entidade auxilia e trabalha em conjunto com entidades como a Sociedade de São Vicente de Paulo, Pastoral da Criança, Pastoral da Solidariedade, Lar Edith Gomes – Casa das Meninas, Lar Vicentino Padre Alaor, núcleos de Associações de Bairros e outras entidades. A Figura 4 mostra a parceria com a Sociedade São Vicente de Paulo para a doação de cestas de Natal. A Figura 5 mostra a distribuição de verduras arrecadadas junto aos produtores rurais, e, por ser produto perecível, foi feita a entrega rapidamente às famílias. A Figura 6 mostra a distribuição de alimento junto à população.

A entidade se mantém por meio de doações e de trabalho voluntário, o foco de suas ações é principalmente o atendimento para levar alimento a famílias em dificuldades. As ações desenvolvidas na comunidade vão de fornecimento de alimentação a orientações sobre higiene pessoal e bucal, orientações para prevenções sobre todos os tipos de vícios; melhoria das relações humanas, respeito para com os outros, principalmente com as crianças; deveres e obrigações de pais e filhos, e palestras para a comunidade.





Figura 1 - Distribuição de alimento em Patos de Minas-MG. Fonte: Arquivos da ASSOCIEM.



Figura 2 - Distribuição de alimento em Patos de Minas-MG, Fonte: Arquivos da ASSOCIEM.



Figura 3 – Aula de Informática no CRAS de Guimarães-MG. Fonte: Arquivos da ASSOCIEM.



Figura 4 – Doações de Cestas Básicas em parceria com a SSVP. Fonte: Arquivos da ASSOCIEM.



Figura 5 – Distribuição de verduras para população. Fonte: Arquivos da ASSOCIEM



Figura 6 – Distribuição de alimento em Guimarães-MG. Fonte: Arquivos da ASSOCIEM.

3 Referencial Teórico

O Terceiro Setor é o espaço ocupado por diversos segmentos, como organizações comunitárias, movimentos sociais, universidades e hospitais privados, instituições religiosas, clubes e associações, ONGs, institutos e fundações. Em linhas gerais são entidades privadas



sem fins lucrativos que realizam atividades visando contribuir com a solução de problemas sociais para o bem comum e construção de uma sociedade melhor (SZAZI, 2006).

De acordo com Quintão (2004), a noção de terceiro setor foi utilizada pela primeira vez no final da década de 1980 representando um conjunto de práticas e relações diferentes das que são estabelecidas no âmbito de governo e de mercado. Fernandes (2002) destaca um conjunto de características do terceiro setor: o caráter privado, ausência de finalidades lucrativas, o objetivo de beneficiar a comunidade e seus membros, o caráter autogovernado e voluntário e o grau de organização formal. O autor destaca também valores específicos como a solidariedade, participação democrática e o enraizamento local.

Hudson (1999) relata o surgimento do terceiro setor e traz a figura do imperador budista Ashoka (200 a.C.), na antiga Índia, que providenciou instalações médicas, mandou cavar poços, e plantou árvores para o bem-estar do povo. Contudo, ele afirma que foram os profetas judeus os pioneiros a trabalharem pela justiça social, política e econômica e a pressionarem os seus governos a mudarem as políticas administrativas. Nesse relato observa-se que mesmo antes do início da era cristã já existia a preocupação dentro do grupo familiar em cuidar dos seus membros em dificuldades, enfermos, deficientes e idosos (Hudson, 1999).

Albuquerque (2006) afirma que as organizações que hoje compõem o terceiro setor tiveram origem de movimentos associativos nos séculos XVI e XVII inicialmente com caráter religioso e político. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses movimentos se intensificaram na Europa, América do Norte e América Latina devido as grandes modificações sociais causada pela guerra e as migrações da população do campo para a cidade que contribuíram para o crescimento de pobreza, marginalização, doenças etc. (Albuquerque, 2006).

A intervenção de agentes sociais para solucionar dificuldades enfrentadas pela população foram conquistando espaço e começaram a ser feitas de maneira ordenada. Dess (1998) afirma que a essência do surgimento do terceiro setor teve suas raízes no final do século XIX, pela mudança dos paradigmas da caridade, que passou do simples ato de dar esmola aos pobres para algo mais sistêmico e estratégico. Segundo Falconer (1999) a expressão terceiro setor (*Third Sector*) nasceu na década de 1970 entre sociólogos dos Estados Unidos para designar um terceiro segmento, além do Estado e do mercado empresarial.

3.1 O terceiro setor no Brasil



Fernandes (2002) aponta quatro momentos do Terceiro Setor no Brasil. O primeiro momento remonta ao século XVI, na era da colonização, com o surgimento das Santas Casas de Misericórdia e associações voluntárias fundadas pela Igreja Católica que realizavam ações de filantropia nas áreas assistenciais como saúde e educação. O segundo momento foi entre a década de 1930 até meados do fim do período militar, durante o Governo Getúlio Vargas, o assistencialismo predominou na estratégia política do governo, mas ainda assim a atuação dessas organizações teve grande importância, em meio à industrialização e ao fenômeno da urbanização, surgiram os sindicatos, associações profissionais, federações e confederações, que passaram a vincular o setor privado às práticas de assistência existentes (FERNANDES, 2002; ASHOKA, MCKINSEY, 2006). E o terceiro momento foi nas décadas de 60 e 70, em que as instituições de caráter filantrópico e os movimentos sociais tornaram-se porta-voz de problemas como a desigualdade social (FERNANDES, 2002). Elkington (1999) afirma que surgiram ONGs seculares e ativistas, formadas por pessoas mais jovens que eram anti-empresas, anti-lucro e anti-crescimento. Na década de 70 houve também investimentos de agências internacionais de cooperação e fomento no setor social brasileiro a fim de fortalecer a sociedade civil local e o processo democrático do país. No entanto, na década de 80, tais recursos internacionais começaram a ficar mais escassos forçando as organizações brasileiras a buscar opções diversificadas para dar continuidade aos seus programas (FERNANDES, 2002; ELKINGTON, 1999).

O quarto momento, segundo Fernandes (2002), foi marcado formalmente pela Constituição de 1988 que definiu o conceito de cidadania e traçou a elaboração de políticas sociais. Foram então criadas várias leis, dentre as quais a Lei 9.790/99 que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Nos anos 1990, houve uma grande mobilização e envolvimento de empresas privadas em questões sociais. Nesse contexto, as organizações da sociedade civil desenvolveram uma linguagem e estrutura gerencial para responder às novas demandas, com uma lógica de autonomia financeira e profissionalismo. Essas organizações que dependiam de doações do governo ou de agências de cooperação internacional começaram a criar uma base de sustentabilidade, e surgiram então os negócios de impacto social como estratégias socioeconômicas de combate à pobreza e alternativas criativas de desenvolvimento ajudando a diminuir a desigualdade e promover a inclusão social, geração de emprego e renda e qualidade de vida (FERNANDES, 2002; ASHOKA, MCKINSEY, 2006).



Segundo o IBGE (2015), o terceiro setor tem crescido no Brasil. O setor emprega cerca de 1,5 milhão de pessoas e envolve cerca de 19,7 milhões de voluntários. O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2014) apresenta que 1,05% da população adulta do Brasil estão envolvidas de alguma forma em atividades sociais ou comunitários. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2019) no Brasil havia 820 mil organizações da sociedade civil no ano de 2017. Das 820 mil, 709 mil (86%) são associações civis sem fins lucrativos, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas.

3.2 Regulação do Terceiro Setor no Brasil

O marco regulatório do terceiro setor no Brasil, aconteceu a partir de 1996 pela intensificação dos debates e a movimentação da sociedade civil organizada, que culminou com a aprovação de uma nova regulação para o setor (BNDES, 2001). A Lei 9.790, de 1999, conhecida como novo marco legal do terceiro setor, introduziu importantes alterações, destacam-se: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, reconhecimento de outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001).

Os dispositivos legais pertinentes ao Terceiro Setor são: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei nº 10.406/2002 – Código Civil. As normas correlatas são: a Lei no 13.019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; a Lei no 9.790/1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; a Lei no 9.637/1998 que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização e a extinção dos órgãos e entidades e absorção de suas atividades por organizações sociais; a Lei no 9.608/1998 que dispõe sobre o serviço voluntário; a Lei no 5.764/1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas; a Lei no 91/1935 que determina regras das sociedades declaradas de utilidade pública; o Decreto 7.592/2011 que determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos; o Decreto no 6.170/2007 que dispõe sobre as normas relativas às transferências



de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; o Decreto 3.415/2000 que delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações; o Decreto 3.100/1999 que regulamenta a Lei no 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse público; o Decreto 50.517/1961 que Regulamenta a Lei 91/1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública (SENADO FEDERAL, 2015).

As entidades do terceiro setor são regidas pelo Código Civil, Lei nº10.406 de 2002, e são juridicamente constituídas sob a forma de associações ou fundações. Esta pesquisa dará enfoque às associações, objeto do estudo de caso (BRASIL, 2002).

3.3 As associações

A associação trata-se de toda agremiação ou união de pessoas com um objetivo determinado, podendo ser beneficente, científico, político, desportivo, recreativo, artístico, literário, ativista, social, entre outros. Também pode ser denominada como uma formação social que congrega pessoas que partilham ideias e unem esforços com determinado objetivo, sem nenhuma finalidade lucrativa (TRIGUEIRO e SANTOS, 2012).

A legislação que regula as associações consta no Código Civil Brasileiro, Lei nº10.406/2002, Capítulo II, artigos de 53 a 61. O principal documento de uma associação é o estatuto, regulamentado pelo art. 54 do Código Civil, que é o instrumento de sua constituição (BRASIL, 2005). Para que a associação adquira personalidade jurídica é necessário o registro de seu Estatuto Social e Ata de Constituição em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A associação adquire assim plena capacidade de direito com personalidade jurídica, torna-se assim, um ente social com obrigações e direitos (BARBOSA, 2003).

3.4 Contabilidade do terceiro setor

Qualquer empresa, órgão ou entidade necessita da contabilidade para organizar melhor suas atividades econômicas, isso inclui as organizações do terceiro setor (ALMEIDA e ESPEJO, 2012). Embora não tenha o intuito de maximização de rendimentos, as entidades precisam da captação de recursos para seu funcionamento. Essa captação pode ser feita mediante: incentivos fiscais, apoios, patrocínios, auxílios, subvenções, venda de produtos,



organização de eventos, produção de materiais, contratos de prestação de serviços, doações, doações dedutíveis de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, entre outros. O valor arrecadado dessas ações é todo reinvestido no propósito social da entidade sem retenção de lucros (PAES, 2003).

Desse modo, a contabilidade contribui com o terceiro setor auxiliando na administração de recursos, possibilitando transparência na forma como os recursos estão sendo arrecadados e aplicados, e dá mais clareza e segurança às operações, agregando valor a todos os parceiros envolvidos com o trabalho da entidade.

3.5 Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Terceiro Setor

Em relação às exigências contábeis legais, a Lei nº 9790/99 prevê, nos artigos 4º e 5º, que as entidades sem fins lucrativos devem observar os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras da Contabilidade (NBC). Os Princípios de Contabilidade constam na Resolução CFC n.º 750/93, sendo os seguintes: da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, da competência e da prudência (BRASIL, 1993).

A Resolução nº 1.409/12 aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) que regula as entidades sem fins lucrativos. De acordo com tal norma, deve-se estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, reconhecimento das transações e variações patrimoniais, estruturação das demonstrações contábeis e informações a serem divulgadas pelas entidades.

Em relação as Normas Brasileiras de Contabilidade, os Oliveira e Durãs (2014) e Silva (2007) especificam algumas normas que são utilizados para entidades do terceiro setor:

- NBC T 2.2 – Da documentação Contábil: A entidade deve realizar a escrituração de seus documentos contábeis (livros, papéis etc.), gerada por contador da entidade ou terceirizado, devendo manter em ordem a documentação contábil.
- NBC T 2.5 – Das contas de compensação: As contas de compensação constituem de sistema próprio e obrigatório quando, nos casos que se obrigue. E deverão ser registrados os atos relevantes que possam modificar o patrimônio da entidade.
- NBC T 3 – das Demonstrações Contábeis: O grau de revelação deve propiciar suficiente entendimento. As demonstrações contábeis são: 1) Balanço Patrimonial: é a destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição



- patrimonial e financeira; 2) Demonstração de Resultado do Exercício: evidencia a composição do resultado formado num determinado período; 3) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: evidencia, num determinado período, os lucros ou prejuízos acumulados; 4) Demonstração dos Fluxos de Caixa: evidencia os recebimentos e pagamentos do período e o saldo remanescente; 5) Notas Explicativas: auxiliam o entendimento das demonstrações contábeis e esclarece operações realizadas.
- NBC T 4 – Da avaliação patrimonial: estabelece regras de avaliação do patrimônio de uma entidade com continuidade prevista nas suas atividades. Os componentes do patrimônio são avaliados em moeda nacional e os componentes em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.
 - NBC T 6 – Da divulgação das demonstrações contábeis: tem por objetivo fornecer um conjunto de informações de natureza patrimonial financeira, econômica, fiscal, social que possibilite o conhecimento e análise da situação da entidade.
 - NBC T 10 – Aspectos contábeis de entidades diversas
 - NBC T 19.4 – Incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios e doações governamentais: Estabelece procedimentos contábeis e as informações a serem divulgadas em notas explicativas pelas entidades privadas que recebem incentivos.

4 Metodologia

A natureza deste estudo foi aplicada, dirigidos à solução de problemas específicos e envolve interesses locais. A abordagem foi qualitativa, pois buscou entender um fenômeno específico em profundidade, trabalhando com descrições e interpretações. Segundo Bogdan e Biklen (2003), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato com o objeto de estudo, e entre as várias formas existentes, destaca-se o estudo de caso.

Para análise foram utilizados dados primários, por meio de entrevista estruturada, com o coordenador e contador da entidade, e observação direta; e dados secundários, a partir de pesquisa documental. A análise de dados foi realizada a partir das informações obtidas com embasamento no referencial teórico desta pesquisa.

Os objetivos específicos 1 e 2 foram cumpridos nas seções iniciais deste estudo, quais sejam (1) apresentação da entidade e (2) caracterização do Terceiro Setor e seus aspectos legais e contábeis. Na seção seguinte relata-se o objetivo específico (3) identificar as contribuições da



contabilidade na ASSOCIEM, esse objetivo do estudo foi cumprido a partir de entrevistas com o coordenador geral da ASSOCIEM e o contador terceirizado da entidade por meio de questionário estruturado com a finalidade de verificar como as informações contábeis contribuem na gestão da entidade. O objetivo específico (4) analisar os demonstrativos e procedimentos contábeis da ASSOCIEM, foi feito a partir de documentos obtidos junto aos contadores da entidade; e o objetivo específico (5) acompanhar os processos de alteração de endereço da sede, alteração do escritório contábil terceirizado e proposta de alteração de estatuto da entidade foi feito de forma colaborativa e voluntária juntamente com o coordenador geral da entidade, associados e voluntários.

5 Análise dos resultados

5.1 Entrevista com o gestor da ASSOCIEM

Foi realizada uma entrevista estruturada com base nos estudos de Castro, Costa e Souza (2015), que validam o instrumento com a realização de pré-testes e as entrevistas em si com gestores de organização sem fins lucrativos. O roteiro da entrevista foi composto por questões objetivas e discursivas, dividido em seis seções: 1) caracterização do respondente, e 2) dados relativos à entidade, e, por fim, as perguntas relativas à utilização da contabilidade para na gestão da entidade para 3) as práticas da contabilidade gerencial, 4) da contabilidade financeira, 5) da prestação de contas e captação de recursos e 6) a opinião do gestor sobre conhecimentos dos instrumentos contábeis. A transcrição da entrevista é apresentada na Tabela 1.

Parte 1 – Dados do Respondente	
<i>Perguntas</i>	<i>Respostas</i>
Nome	Vicente de Paula da Cunha
Idade	60 anos
Formação	Ensino Médio Completo
Cargo que exerce na entidade	Coordenador Geral da ASSOCIEM
Tempo de atuação na função	19 anos
Parte 2 – Dados da Entidade	
Área de atuação da entidade	Assistência Social
Tempo em que está no mercado	26 anos
Quantidade de funcionários e voluntários	21 voluntários
Tipos de fontes de recursos	Contribuição de associados e de empresas parceiras; bazar; eventos; bingos; promoções; etc.
Tipos de recursos arrecadados	Doações em dinheiro, alimentos, combustível, cesta básica etc.
Principais dificuldades da Entidade	Arrecadação de doações financeiras
Parte 3: Práticas da Contabilidade Gerencial na Entidade	
A organização realiza planejamentos?	Sim.



Se sim, qual tipo?	Já realizou planejamentos, atualmente não tem planejamentos escritos. Somente cumprir o que já vem sendo feito.
A organização realiza análises entre as metas planejadas e alcançadas?	Não.
A organização utiliza sistema de informações gerenciais?	Não.
Quais são os controles financeiros da organização, por quem são realizados, e com que frequência?	Registros de entradas e saídas, feitas pelo coordenador, de forma mensal.
É realizada a elaboração de orçamento?	Não.
É utilizado indicadores (índices contábeis, análise vertical e horizontal etc.) para avaliar a entidade? Se sim, com que frequência?	Não. Os atendimentos são sazonais de acordo com as doações de alimentos.
Quais os instrumentos da contabilidade gerencial que considera mais relevante para a tomada de decisão?	Fluxo de caixa.
Parte 4 – Práticas de Contabilidade Financeira	
A contabilidade da organização é feita internamente ou terceirizada?	Terceirizada.
Com qual frequência é feito contato com o escritório de contabilidade?	Mensal.
Quais são os materiais recebidos do contador?	No final do mês os documentos do mês anterior são devolvidos para arquivamento e no final do ano são entregues à prestação de contas.
Os relatórios recebidos do contador são utilizados na administração da entidade? Se não, por quê. Se sim, para que utiliza as informações contábeis.	Sim. Para prestar contas à diretoria e sócios contribuintes.
Quais relatórios são recebidos da contabilidade e quais são utilizados no processo de gestão e com que frequência.	Os relatórios obrigatórios, anualmente.
Como considera a informação gerada pela contabilidade para a tomada de decisão (importante, indiferente ou inútil) e por quê?	Importante, porque através da contabilidade se sabe como estão os recursos, e se pode fazer planejamentos.
Quais instrumentos da contabilidade financeira considera mais relevantes para a tomada de decisão?	São observados o Fluxo de Caixa, as movimentações bancárias, o controle das contas que tem que pagar.
Parte 5 – Prestação de contas e Captação de Recursos	
A entidade presta contas aos seus doadores? De que forma e com qual frequência?	Sim. Anual através do balancete.
São utilizados relatórios financeiros para captar recursos?	Não.
Parte 6 – Opinião do Gestor	
Qual a sua opinião a respeito de seu domínio e conhecimento sobre instrumentos contábeis e gerenciais.	Tenho conhecimentos, pois acompanho toda movimentação da entidade, mas considero que preciso aprimorá-los.

Tabela 1- Transcrição da entrevista com o Coordenador da Entidade. Fonte: Dados da pesquisa.

Embora perceba-se o relato de que a maior dificuldade seja a falta de recursos financeiros, a entidade demonstra uma estabilidade no mercado por já ter 30 anos de existência. A entidade vive de doações de pessoas físicas e jurídicas, de amigos e associados que fazem doação espontânea e atua devido a parcerias e relações de confiança.

Verificou-se que em relação a realização de planejamento não é realizada formalmente, uma das causas apontadas por Castro, Costa e Souza (2015) pode ser devido à falta de



conhecimentos aprofundados sobre instrumentos contábeis e gerenciais. O que se percebe através da entrevista com o gestor é que é realizado planejamentos voltados ao operacional pelo estabelecimento de atividades que devem ser executadas no dia a dia da entidade, sem detalhamentos de projetos.

Quanto aos controles financeiros os resultados foram semelhantes aos dos achados de Dutra e Silva (2014) no município de Ituiutaba (MG) que indicam que os controles financeiros que os gestores de entidades do terceiro setor mais elaboram são o controle de caixa, as movimentações bancárias e as contas a pagar.

Importante perceber que o gestor considera as informações contábeis importantes para a condução das atividades da entidade, pois ela é necessária para mantê-la funcionando legalmente, mas a frequência de utilização das demonstrações contábeis nos processos de gestão é relatada como sendo utilizado poucas vezes. Castro, Costa e Souza (2015) apontam uma possível justificativa para isso, que pode ser devido ao baixo índice de receitas da entidade em estudo, os autores afirmam que as organizações que têm receitas mais volumosas utilizam os relatórios financeiros com uma frequência maior.

Percebeu-se que há uma consciência da parte do gestor na importância da contabilidade para a prestação de contas aos associados, ao Estado e à comunidade de uma forma geral. No entanto, há a necessidade de visualizar os instrumentos contábeis também como uma forma de angariar recursos, que é tido como a principal dificuldade que a entidade tem de se manter.

5.2 Entrevista com o contador da ASSOCIEM

Foi realizada entrevista estruturada com contador da entidade, com base nas informações das práticas contábeis a partir de uma adaptação do questionário utilizado por Peixoto et al (2015). A transcrição da entrevista com o contador da entidade é apresentada na Tabela 2.

Parte 1 – Dados do Respondente	
<i>Perguntas</i>	<i>Respostas</i>
Quanto tempo de experiência na área contábil?	33 anos na profissão de contador
Como é feito o registro de doações em espécie da entidade?	O registro é feito em contas separadas por Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Está sendo realizado o processo de adequação de despesas e receitas de prestação gratuita.
E as doações de materiais?	Os materiais são mensurados a valor justo e separados em conta de doações de alimentos. Também está em processo de adequação.



Como é registrado o trabalho voluntário na entidade?	Ainda não são registrados pela entidade. Ainda está se adequando os contratos de prestação de serviço voluntário, estes devem ser contabilizados mês a mês.
Como são registrados os convênios?	Não foi repassada à nova contabilidade nenhum tipo de registro de convênio antigo. O novo convênio entre a ASSOCIEM e a SSVP, que cedeu o espaço para utilização como sede, está em processo de regularização e será mensurado a gratuidade do valor do cômodo e declarado.
Como são registradas as gratuidades?	Ainda está se adequando, a proposta é que seja feito um recibo para as famílias que recebem os repasses de doações.
Para prestar contas junto aos órgãos competentes, a entidade deve ter transparência em seus dados contábeis, dessa forma qual a relevância da contabilidade na prestação de contas?	A contabilidade é o principal elemento para a prestação de contas, presume-se que tudo que foi registrado é verdadeiro, é o essencial.
É possível fazer a prestação de contas detalhada sem as informações existentes na contabilidade?	É possível, mas não é viável, se há uma contabilidade separando os próprios resultados que se tem, isso ajuda a prestar contas quando necessário.
Quais os maiores problemas enfrentados pela entidade no que tange a prestação de contas à sociedade?	A principal dificuldade é a organização. Se mantem a organização e contabiliza de forma correta, quando estiver tudo pronto, basta publicar o balanço social, que pode ser usado para agradecer aos colaboradores e também utilizado para pedir doações e mostrar o valor social da entidade na comunidade. O Balanço serve para fazer o comparativo da entidade, para fazer uma avaliação da evolução da entidade num período, isso é importante para prevenir dificuldades.
Os relatórios contábeis são elaborados de forma a atender o preenchimento da prestação de conta?	Os relatórios têm que seguir esse critério. Mas dos documentos antigos da entidade só havia o Livro Caixa.

Tabela 2 - Transcrição da entrevista com o Contador da Entidade. Fonte: Dados da pesquisa.

Pela entrevista o contador apresentou que a preparação e condução das demonstrações contábeis está sendo adaptada as novas exigências da legislação vigente sobre entidades sem fins lucrativos. O contador considera a contabilidade como o principal elemento para a prestação de contas da entidade, pois ela registra os fatos relevantes e é estabelecida com base numa comunicação adequada para o preenchimento das informações para prestação de contas.

Ele considera que não é possível fazer uma prestação de contas coerente, completa, adequada e em tempo hábil sem as informações contábeis e que o principal ponto a manter a atenção é a organização de todos os processos para não ter dificuldades na prestação de contas. E ressaltou a importância da contabilidade no dia a dia da entidade e como ela pode ser usada para agradecer aos doadores, e para pedir mais doações. As informações contábeis servem ainda para fazer uma análise sobre a evolução da entidade, se ela está crescendo ou se está definhando.

5.3 Análise dos instrumentos contábeis



O contador mantém o Balanço Patrimonial do último exercício da entidade, o Balancete anual e o livro Razão. Em conformidade com seu estatuto social, a ASSOCIEM não distribui qualquer parcela de seu patrimônio, aplicando integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de suas atividades com base nos seus objetivos, refletidos em seus demonstrativos contábeis. A contabilidade sem fins lucrativos difere em alguns pontos a contabilidade societária. Sendo assim, analisou-se algumas operações que foram elucidadas nos questionários: Registro de doações, Trabalho Voluntário, Gratuidades, Imunidades e Isenções, Receita e Contrapartida de convênios e depreciação.

5.3.1 Registro de doações

As doações representam a principal fonte de receitas da entidade. A ITG 2002 (CFC, 2012) orienta que as doações devem ser reconhecidas de acordo com regime de competência, em contas de resultado, de forma segregada e identificável pelo tipo de atividade. De acordo com a análise documentação e entrevista com o contador da entidade ela está em conformidade com a Norma e realiza os lançamentos contábeis em conta de receita de forma separada por doações de pessoas física e jurídica. O que está em processo de adequação são as doações materiais que precisam ser mensuradas a valor justo para registro na conta de doações de alimentos.

5.3.2 Contabilização de serviços voluntários

O serviço voluntário é a principal atividade da entidade, o que contribui com o desenvolvimento de sua missão e das atividades desenvolvidas. De acordo com a ITG 2002 (CFC, 2012, item 20) a forma de registro contábil do trabalho voluntário deve ser feita pelo valor justo. O registro é feito em conta de despesa, correspondente à natureza do serviço, e em conta de receita, correspondente à gratuidade obtida. Para registro contábil é necessário a apresentação de um termo de voluntariado dos prestadores de serviço. A ASSOCIEM está em processo de adequação dessa exigência da norma, portanto, não apresentou registro de serviço voluntário.

5.3.3 Contabilização de gratuidades e benefícios tributários



De acordo com a ITG 2002 (CFC, 2012) os benefícios oferecidos pela entidade devem ser registrados contabilmente de forma segregada, pelo valor justo de mercado. As entidades geralmente podem ter dificuldades em atribuir valor monetário à gratuidade.

A ASSOCIEM não realiza os registros referentes às suas gratuidades, todos os seus serviços são gratuitos. Dessa forma orienta-se a adequação de forma a fazer o levantamento do valor dos serviços ou colocar em Nota Explicativa que todos os seus serviços são gratuitos, desta forma todas as despesas existentes são referentes aos serviços prestados aos beneficiários.

A gratuidade também está relacionada ao benefício de renúncia fiscal. Segundo o CFC (2008) o benefício da renúncia fiscal carece de registro para que a informação seja evidenciada nas demonstrações contábeis. Como a entidade não possui funcionários, não há a necessidade de registro em conta de contribuição patronal. Atualmente a entidade não possui sede própria, o local de transferência de sede foi obtido por meio de convênio com a Sociedade de São Vicente de Paulo, desta forma não há a necessidade de registro de isenção de IPTU. A entidade possui 1 veículo, que por ser antigo já teve o valor integral depreciado, porém recebe isenção de IPVA, porém o registro ainda não é realizado, foi orientada essa adequação às normas contábeis.

5.3.4 Convênios e contrapartida de convênios

A ITG 2002 (CFC, 2012), determina que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas de convênios (termos de parceria, contratos, subvenções etc.) devem ser reconhecidas em conta específica do passivo em contas próprias. Foi constatado pela contabilidade que não houve registros antigos de convênios celebrados. O atual convênio entre a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) e a ASSOCIEM para utilização de local destinado para sede da entidade ainda está em fase de processo documental. Quando registrado em cartório a nova sede será reconhecida conforme a norma.

5.4 Processos de alteração de endereço da sede e alteração do escritório contábil

Durante a realização deste estudo, a ASSOCIEM passou por alteração da localização de sede, sendo transferida do município de Guimarães para o município de Patos de Minas. Houve também a alteração do escritório de contabilidade da entidade. Esse processo foi acompanhado,



desde a documentação entregue aos cartórios de Registro de Patrocínio-MG, comarca que atende Guimarães, até a transferência desses registros para o cartório de Patos de Minas.

6 Conclusão

As entidades do terceiro setor têm papel fundamental na sociedade por sua capacidade de resposta às necessidades sociais, pela promoção de bem-estar comum, soluções de problemas sociais, e pelos valores de solidariedade e consciência social que promovem. Portanto, elas merecem atenção do Estado, da sociedade e de estudiosos, para terem atenção devida à sua manutenção. A contabilidade é uma aliada no processo de manutenção das entidades, funcionando como um instrumento de gestão, para proteção do patrimônio e transparência na divulgação de informações o que nutre a confiança dos associados e atrai novos doadores engajados com o propósito social.

Desta forma esse estudo objetivou verificar a importância da contabilidade nas tomadas de decisão e no processo de manutenção de entidades do terceiro setor. A pesquisa foi feita por meio de estudo de caso na ASSOCIEM – Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria, uma entidade assistencial que atua no município de Patos de Minas e região. A investigação foi feita por meio de entrevistas e análise documental. Os resultados ressaltam a importância da contabilidade, reconhecida pelo gestor como uma fonte principal de informações que possibilita o planejamento das atividades, o acompanhamento do desenvolvimento e controle. E o contador, em sua entrevista, acrescenta que a contabilidade torna viável a prestação de contas e permite transparência, onde a transparência dos resultados é uma forma de gratidão a todos que colaboraram com a manutenção da entidade e permite cativar mais doadores. Os demonstrativos contábeis permitem prevenir também dificuldades e avaliar a evolução da entidade no tempo.

Foram analisados também os lançamentos e demonstrações contábeis e identificação dos procedimentos utilizados, pode-se constatar que houve algumas inconsistências na contabilidade em relação às receitas de doações, gratuidades e benefícios tributários, depreciação e convênios. O gestor se informou dessas evidências para tomar medidas para a adequação as normas contábeis. Este estudo possibilitou uma análise que auxiliou na reflexão de alguns processos durante a interação com gestores da entidade.

O estudo então contribuiu, informando e sugerindo reformulações para conformidade com a legislação vigente. Além disso, as análises podem auxiliar a reflexão de questões contábeis por outras entidades do terceiro setor. O estudo destaca a importância do terceiro



setor para a sociedade, e a importância da contabilidade para as entidades do terceiro setor. E, por fim, sugere-se estudos em outras entidades, o que poderá auxiliá-las em questões contábeis.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: História e gestão de organizações**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006.
- ALMEIDA, Verônica Eberle de; ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade no terceiro setor**, Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.
- ASHOKA E. S.; MCKINSEY e COMPANY INC. **Negócios sociais sustentáveis: estratégias inovadoras para o desenvolvimento social**. São Paulo: Peirópolis, 2006. 101 p.
- BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **Manual de ONGs: guia prático de orientação jurídica – 4ª ed. rev. atual.** – Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003
- BNDES. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET, jul. 2001.
- BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>
- _____. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%a7ao.htm>.
- _____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>.
- _____. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>.
- _____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>.
- _____. **Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999**. Disponível em <www.senado.gov.br>
- _____. **Lei nº. 10.406/2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm >.
- _____. **Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm.
- _____. **Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7592.htm.
- _____. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>



CASTRO, Vanessa Rodrigues de; COSTA, Patrícia de Souza; SOUZA, Fláida Êmine Alves de. **Utilização de instrumentos contábeis e gerenciais por entidades do terceiro setor**. In: Congresso UFU de Contabilidade, Uberlândia. Anais. Uberlândia: FACIC/UFU, 2015.

CHAGAS, M. J. R. et al. **Publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre terceiro setor no Brasil: análise do período de 2007 a 2009**. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Paraíba, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2008.

_____. **Resolução CFC N° 750 de 29 de dezembro de 1993**. Princípios de Contabilidade (PC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br>

_____. **Resolução n° 837, de 08 de fevereiro de 1999a**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_837.doc.

_____. **Resolução n° 838, de 22 de fevereiro de 1999b**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_838.doc.

_____. **Resolução n° 877, de 18 de abril de 2000**. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_877.doc.

_____. **Resolução n° 1.409 de 27 de setembro de 2012**. Disponível em: www.cfc.org.br/uparq/ITG%202002%20audiencia.doc.

DESS, J. G. **O significado de Empreendedorismo Social**. 1998.

DUTRA, R. M. P.; SILVA, M. A. **Percepção dos Gestores Sindicais acerca da Contribuição das Ferramentas de Controle e Gestão em Entidades sem Fins Lucrativos**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14, 2014. Anais. SP: FEA/USP, 2014.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing Limited, 1999.

ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. **Adaptação de ferramentas gerenciais para gestão no Terceiro Setor: relevância do BSC - uma simulação**. Rev. Econ. e Adm., v. 6, n. 1, 2007.

FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**, 1999. Dissertação (Mestre em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*). **Empreendedorismo no Brasil Relatório Executivo**. 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>

HUDSON, M. **Administrando organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Makron, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Brasília: IBGE, 2015

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório econômico. Brasília: Ipea; IBGE, 2019. Disponível em www.ipea.gov.br

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.



MACHADO, M. R. B. 2009. Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais. 2.ed. Curitiba: Juruá.

NINAUT, Evandro Scheid; MATOS, Marcos Antonio; MAFIOLETTI, Robson. **Panorama do cooperativismo contemporâneo**. Ver. Política Agrícola. Ano XVII, nº 4, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos; DURÃS, Silvia Alves Leite. **Atuação da Contabilidade no Terceiro Setor**: estudo de caso Mitra Arquidiocesana de Vitória. Dissertação. Programa de Ciências Contábeis do Instituto Superior Blauro Cardoso de Mattos. Serra-ES, 2014.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. Rev., atual. eamp. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PEIXOTO, A.; FREITAS, D. D. C.; DIAS, L. R. C.; WILSON, R. J. **A relevância da contabilidade na entidade do terceiro setor**: Um estudo sobre a prestação de contas na entidade Alfa. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

QUINTÃO, C. **Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego**. Anais do Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego. Porto, Portugal. 2004

SENADO FEDERAL. **Terceiro Setor**. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, Brasília, 2015.

SILVA, Ana Carolina Miranda. **Práticas de contabilidade gerencial no terceiro setor**: um estudo na região metropolitana do Recife. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2007. SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor – Regulação no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; SANTOS, Fagner Araújo dos. **Um estudo sobre o terceiro setor na cidade de Cuiabá-MT**. In IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2012.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. SP: Atlas, 2009.

Título do trabalho
Autor (es)



